

AGENDA PARLAMENTAR

Congresso lidera pauta da segurança enquanto Planalto busca os primeiros passos

LAURIBERTO POMPEU
lauriberto.pompeu@globo.com

Considerado um tema crucial da eleição de outubro e do próximo ciclo de disputa à Presidência, a segurança pública virou prioridade para o Congresso em 2024, enquanto o governo, que enfrenta críticas na área, fica a reboque de projetos muitas vezes capitaneados por opositores. Iniciativas relacionadas ao tema recebem tratamento especial dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que já aprovaram um pacote para endurecer o combate ao crime e ainda desejam avançar com outras propostas. Na segunda-feira, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, defendeu um plano nacional envolvendo estados e municípios.

Com o protagonismo do Legislativo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está à margem dos debates e acumula desgastes por ter que enfrentar o viés conservador dos textos e a maioria de centro-direita no Parlamento. Entre governistas, há a percepção de que o Palácio do Planalto não toma iniciativa, o que poderia fazer com que se antecipasse aos problemas.

— Esse protagonismo, quem poderia impor, seria o próprio campo do governo. Quando você não pauta o tema, passa a ser pautado da forma que eles querem. Isso tem que ser debatido internamente para mudar — afirma o senador Fabiano Contarato (PT-ES).

O petista tem sido contra algumas pautas de endurecimento penal, mas apóia outras iniciativas, como a que limita a "saída". Ele inclusive anunciou que vai votar contra o veto imposto pelo governo ao principal ponto da lei, que proíbe a visita de detentos a familiares. Como mostrou O GLOBO, há a visão no Planalto de que a base está desorganizada para defender veto, o que deve provocar uma nova derrota ao governo em sessão do Congresso marcada para hoje.

GOVERNO DIVIDIDO
No Executivo, a avaliação é que a distância do tema muitas vezes é o melhor caminho para não prejudicar a base. Há um entendimento de que, pelo perfil da maioria dos parlamentares, o quadro é irreversível até o fim do mandato de Lula. Por isso, o melhor é concentrar o esforço no avanço de pautas econômicas.

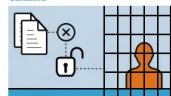
Nesse cenário de dificuldades, integrantes da oposição e governadores têm assumido protagonismo. Os senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Sergio Moro (União-PR) e o secretário de Segurança Pública de São Paulo e deputado licenciado Guilherme Derrite (PL) tiveram papel de destaque na aprovação do projeto que restringe as "saídas".



Dois lados. Plenário do Congresso: maioria conservadora tem capitaneado as pautas de segurança e desafio o governo Lula. De esquerda, à margem do debate

PARLAMENTO CONDUZ O DEBATE; PLANALTO APRESENTA UMA PROPOSTA

Saída



O presidente Lula vetou o principal ponto do projeto que acabava com a "saída" de presos. Há chances de o Congresso derrubar o veto, dado que a decisão do petista causou insatisfação entre líderes partidários.

PEC das Drogas



Como resposta ao Supremo Tribunal Federal (STF), que analisava a questão do porte de maconha, o Senado aprovou a PEC que criminaliza o porte de qualquer quantidade de droga. O texto seguiu para a Câmara.

Audiência de custódia



Senado quer aprovar um projeto para dificultar a liberação em audiências de custódia de pessoas ligadas ao crime organizado e que são reincidentes. A iniciativa foi apresentada por Flávio Dino e é defendida por governadores de oposição.

Aumento da pena do crime de estelionato



Também no Senado, está em tramitação um projeto que pretende aumentar a pena para o crime de estelionato e para furtos de mercadorias como combustíveis e fiação de postes de luz. A relatoria é do ex-juiz Sergio Moro (União-PR), algar de Lula na Lava Jato.

Aumento de pena por reincidência



Na Câmara, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC), quer pautar um projeto que estabelece piso de 25 anos para alguns crimes quando houver reincidência pela terceira vez.

'SUS' da Segurança



O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, quer colocar em prática o Sistema Único de Segurança Pública (SUS), aprovado em 2018 no Congresso. Nos moldes do SUS, o modelo busca atuação conjunta entre o governo federal, estados e municípios na segurança.

O líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), diz que temas como as "saídas" "não são matérias para o governo". Ele também minimizou a aprovação da PEC das Drogas pelo Senado.

— Imagina, com tanto assunto para discutir, o país não pode ficar debatendo esses temas.

Entre as poucas iniciativas anunciadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública no Congresso está a elaboração de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para criar o Conselho Nacional das Polícias e uma Corregedoria Nacional das Polícias. A ideia ainda não foi enviada ao Congresso e está em análise pela Casa Civil.

"SUS DA SEGURANÇA"

Os dois órgãos seriam um meio de colocar na prática o Sistema Único de Segurança Pública (SUS), que foi aprovado pelo Congresso em 2018, mas nunca implementado de fato. O SUS visa a uma parceria entre o governo federal, estados e municípios para lidar com o tema, a exemplo do que acontece no Sistema Único de Saúde (SUS). Na segunda-feira, o ministro Ricardo Lewandowski defendeu que a Constituição passe a tratar do financiamento da segurança pública.

— Saúde, educação e segurança pública são os três problemas que afligem a população brasileira, mas talvez a segurança pública precise ser constitucionalizada, com fundo próprio, como o SUS.

Apesar dos desgastes, o chefe da pasta tem assumido uma postura colaborativa com a Frente Parlamentar de Segurança Pública, conhecida como bancada da bala. Ele tem alinhado, por exemplo, acordos em relação à política de armamento e determinou a elaboração de projetos de lei orgânica para a Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Em evento realizado no fim de março, o presidente da Câmara ressaltou que a segurança pública tem que ser observada de perto por quem pretende disputar a eleição presidencial de 2026.

— Há especulações políticas de que, qualquer postulante ao cargo de presidente da República em 2026, um assunto que vai crescer e vir para a mídia é a taxa de segurança pública — disse Lira.

O líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), avaliou que o governo não tem controle da pauta na Casa e que está ausente das discussões sobre o tema.

— Quem é articulador do governo no Senado é o presidente do Senado. Eu nunca estive com Pedillan (ministro das Relações Institucionais) tratando projeto nenhum.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4